



ELEIÇÕES

TSE mostra força contra suspeitas

Tribunal rebate, um a um, questionamentos de militares sobre pleito e, em resposta a Bolsonaro, nega “sala escura” na Corte

» TAÍSA MEDEIROS

Menos de cinco meses das eleições gerais, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) volta a rebater questionamentos das Forças Armadas que colocam em dúvida a segurança das urnas eletrônicas — na esteira do que faz o presidente Jair Bolsonaro (PL). Em um documento divulgado ontem, a equipe técnica da Corte responde a sete perguntas feitas pelas instituições, classificadas pelo tribunal como “opiniões”, e nega a existência de uma “sala escura” de contagem de votos, como acusou o chefe do Executivo.

“Não há, pois, com o devido respeito, ‘sala escura’ de apuração. Os votos digitados na urna eletrônica são votos automaticamente computados e podem ser contabilizados em qualquer lugar, inclusive, em todos os pontos do Brasil”, diz trecho do documento do TSE. Em um evento no fim de abril, no Palácio do Planalto, Bolsonaro colocou em dúvida a transparência da contagem de votos. Disse haver uma “sala secreta” no TSE. “Dá para acreditar nisso? Uma sala secreta, onde meia dúzia de técnicos dizem no final ‘quem ganhou foi esse’”, afirmou, na época. “Como os dados vêm pela internet para cá e tem um cabo que alimenta a sala secreta do TSE, uma das sugestões é que, nesse mesmo duto que alimenta a sala secreta, seja feita uma ramificação um pouquinho à direita para que tenhamos do lado um computador das Forças Armadas, para contar os votos no Brasil”, acrescentou.

O documento de ontem do TSE também rebate essa declaração. Segundo a Corte, a contagem paralela é possível por meio dos boletins de urnas, afixados em todas as zonas eleitorais após

o fim do horário de votação. “Não existem salas secretas, tampouco a menor possibilidade de alteração de votos no percurso, dado que qualquer desvio numérico seria facilmente identificado, visto que não é possível alterar o resultado de uma somatória sem alterar as parcelas da soma”, enfatiza o tribunal.

Além disso, o TSE explica o que motiva a centralização dos equipamentos em Brasília — ponto igualmente questionado pelos militares. “Fruto de sugestão da Polícia Federal, é parte de um processo histórico de evolução que não guarda correlação com as competências dos diversos níveis jurisdicionais no processo de totalização. Em uma eleição geral, por exemplo, há competências específicas da junta eleitoral (presidida por um juiz ou juíza eleitoral), dos TREs (Tribunais Regionais Eleitorais) e do TSE (Tribunal Superior Eleitoral)”, ressalta.

As Forças Armadas tinham sugerido, ainda, um processo totalmente aleatório para a escolha das urnas a serem submetidas a teste de integridade. Atualmente, entidades fiscalizadoras, como os próprios partidos políticos, podem escolher uma seção eleitoral para passar pela inspeção. O TSE afirma que a estratégia atual “permite que se mantenha um grau de aleatoriedade, pela eleição das seções pelas próprias entidades vocacionadas a fiscalizar o processo eleitoral”. Apesar disso, define que a sugestão “não é inviável” e pode vir a ser usada depois, mas a alteração deveria passar pelo crivo de entidades fiscalizadoras, “uma vez que implicaria na supressão de um direito que lhes foi reconhecido, em prol da efetividade e da transparência do processo eleitoral de 2022, já consolidado”.

Os esclarecimentos

Veja sete questionamentos feitos pelas Forças Armadas e as respostas da Corte eleitoral



1- Nível de confiança dos testes das urnas

O que dizem as Forças Armadas

Os militares pediram que fosse ampliado o número de urnas submetidas a testes durante a eleição. Alegaram que o nível de confiança médio seria baixo, e a possibilidade de realizar mais testes de confiança em seções eleitorais sorteadas deveria ser estudada.

O que diz o TSE

A Corte apontou “erro de premissa” conceitual das Forças Armadas. A equipe técnica explicou que, historicamente, falhas nos equipamentos são irrisórias e que o risco está na casa de 0,01%. Apontou, ainda, que os militares incluíram na conta até mesmo as urnas que estão no estoque e que apenas ficam de prontidão para uso em caso de falha em algum equipamento. Serão usadas este ano urnas em 465.504 seções eleitorais e passarão por teste 648 urnas.



2- Critério de seleção das urnas que serão submetidas a testagem

O que dizem as Forças Armadas

Esse processo deveria ser aleatório, e não ser atribuído às entidades fiscalizadoras, como acontece hoje.

O que diz o TSE

Tornar o processo aleatório não é uma medida impossível, mas só poderia ser adotada em eleições futuras. O TSE explicou que o modelo, hoje, prevê que as entidades fiscalizadoras, incluindo os partidos políticos, já podem indicar de maneira aleatória as urnas que deverão ser testadas. A Corte entende, ainda, que é preciso debate com as entidades fiscalizadoras, que hoje têm o direito de escolher as urnas testadas, para uma mudança nessa linha.



3- A “sala escura” e quem deve totalizar os votos da eleição

O que dizem as Forças Armadas

A totalização dos votos nas eleições deve se manter no TSE, mas também ser feita nos tribunais estaduais, os TREs. A redundância do processo, defendem as Forças Armadas, aumentaria a auditabilidade das eleições, alegando que isso iria “diminuir a percepção da sociedade de que somente o TSE controla todo o processo eleitoral”.

O que diz o TSE

Os Tribunais Regionais Eleitorais, hoje, já comandam as totalizações em suas respectivas unidades da Federação. A centralização no TSE é apenas de equipamentos — uma orientação, inclusive, da Polícia Federal para minimizar risco de ataques hackers. A equipe técnica da Corte destacou, ainda, que não há “sala escura” para apurar votos. E informou que, este ano, adota uma inovação com equipamentos em Brasília prontos a atuar em caso de falhas dos que estiverem operando na apuração.



4- Fiscalização e auditoria das urnas

O que dizem as Forças Armadas

O TSE deve incentivar a fiscalização do processo eleitoral pelas entidades, incluindo uma auditoria própria do Poder Legislativo.

O que diz o TSE

O incentivo à fiscalização já integra a legislação brasileira. A Corte explicou que o Tribunal de Contas da União (TCU) já atua na vigilância do processo como órgão assessor do Congresso. E que os partidos também podem atuar. “Por tais razões e tendo em conta, sobretudo, a rigorosa auditoria realizada pelo TCU sobre o processo eleitoral, considera-se que a sugestão já se encontra hoje incorporada aos procedimentos do TSE”, diz a Corte, que vê a questão como caso já resolvido.



5- Inclusão das urnas eletrônicas do modelo do ano de 2020 nos testes de segurança

O que dizem as Forças Armadas

É preciso realizar um teste público de segurança nesses modelos antes da utilização deles nas eleições.

O que diz o TSE

O modelo 2020 já teve o núcleo de segurança avaliado por instituição certificada pelo Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), conforme rígidas regras impostas pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), e tem arquitetura de segurança compatível com o modelo de 2015.



6- Procedimentos em caso de verificação de irregularidade em um teste de segurança

O que dizem as Forças Armadas

Os procedimentos que seriam adotados em caso de irregularidades em testes de segurança precisam ser mais bem divulgados.

O que diz o TSE

Hoje, cabe ao juiz eleitoral adotar as providências e investigações necessárias para esclarecer eventual irregularidade verificada.



7- Sobre a divulgação de abstenção e voto

O que dizem as Forças Armadas

Seria preciso divulgar o comparecimento e a abstenção em cada seção eleitoral.

O que diz o TSE

Esses relatórios contêm dados pessoais que são de acesso restrito.



Saiba mais

Sem prova de fraudes

Apesar das suspeitas difundidas pelo presidente Jair Bolsonaro e replicadas pelas Forças Armadas na Comissão de Transparência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), não foi encontrada nenhuma prova de fraude nas eleições com urnas eletrônicas. No ano passado,

a Polícia Federal fez levantamento de todos os inquéritos abertos desde 1996 e nada encontrou que colocasse em suspeita a segurança do processo de votação. Os indícios de irregularidades foram detectados quando ainda havia cédula de papel.

Antonio Augusto/secom/TSE



O ministro disse que as regras do processo eleitoral já estão definidas

Fachin: “firme atuação” pela paz no pleito

As respostas da equipe técnica do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) às Forças Armadas foram acompanhadas de despacho assinado pelo presidente da Corte, ministro Edson Fachin. “Ciente e cumpridor do seu papel constitucional ao longo dos últimos 90 anos, este tribunal manterá firme atuação voltada a garantir paz e segurança nas eleições, a aprimorar o processo eleitoral, a propagar informações de qualidade e, acima de tudo, a exortar o respeito ao resultado das eleições como condição de possibilidade do Estado democrático e de uma sociedade livre, justa e solidária, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil”, ressaltou o magistrado.

O TSE informou que as regras

do processo eleitoral estão definidas e não é mais possível alterá-las. Segundo o tribunal, cabe agora apenas cumprir o que determinam a Constituição Federal e a legislação. “Paz e segurança nas eleições, eis o que guia a defesa do processo eleitoral, o respeito ao resultado das urnas e o Estado democrático de direito”, acrescenta o comunicado.

A nota oficial vem após o ministro da Defesa, general Paulo Sérgio, enviar ofício, na semana passada, a Fachin pedindo a divulgação das sugestões apresentadas pelas Forças Armadas para as eleições deste ano. Os militares aguardavam respostas da Justiça Eleitoral sobre as sete sugestões de medidas, que estavam sob sigilo e ficaram fora do

Plano de Ação de Transparência das Eleições. “Haja vista o amplo interesse público em tal questão”, diz o documento do militar.

Ontem, o general Paulo Sérgio enviou outro ofício ao tribunal informando que, a partir de agora, ele vai tratar diretamente das questões com o TSE. Até o momento, o representante na Corte era o general Heber Portella.

As Forças Armadas foram convidadas, no ano passado, pelo então presidente do TSE, o ministro Luís Roberto Barroso, para participar da Comissão de Transparência das Eleições (CTE). O convite foi visto, na época, como estratégia para frear os ataques do presidente Bolsonaro às urnas eletrônicas, mas se mostrou ineficiente.



Ciente e cumpridor do seu papel constitucional ao longo dos últimos 90 anos, este tribunal manterá firme atuação voltada (...) a exortar o respeito ao resultado das eleições como condição de possibilidade do Estado democrático e de uma sociedade livre”

Trecho do despacho de Fachin